

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**O PROFESSOR DE GEOGRAFIA E O DESAFIO DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**MANAUS
2019**

ANDRÉA RENATA DA SILVA RIBEIRO

**O PROFESSOR DE GEOGRAFIA E O DESAFIO DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado como requisito para obtenção de
título de Licenciatura em Geografia, pela
Escola Normal Superior, da Universidade do
Estado do Amazonas. Orientado pela Profa.
Msc. Jane Lindoso Brito e Co-Orientadora MsC
Danielle Marian. A. Santos

MANAUS

2019

RESUMO

A inclusão escolar busca inserir todos os alunos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, com comprometimento social e cognitivo de diversos graus, sem distinção, na escola regular, objetivando promover uma aprendizagem significativa para todos, pretendendo também diminuir o preconceito e a discriminação, estimulando a socialização das pessoas com necessidades educacionais especiais para que usufruam dos espaços e ambientes tanto educacionais quanto sociais. Entretanto, numa escola regular, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ainda é vista com paradigmas revestidos de inclusão, pois, apesar dessas instituições de ensino assumirem em seu discurso e até mesmo no Projeto Político Pedagógico a flexibilização curricular que de fato contempla a inclusão, no entanto, no cotidiano da sala de aula alguns professores ainda apresentam práticas conservadoras que ainda desconsidera a flexibilidade curricular como alternativa necessária no contexto da aprendizagem. A pesquisa intitulada “ O PROFESSOR DE GEOGRAFIA E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA” buscou em seu objetivo geral: analisar o processo de inclusão e entender as diferenças entre a educação inclusiva e a educação especial e identificar as suas principais características para entender o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação inclusiva; proposto em seus objetivos específicos: descrever a diferença entre educação especial e a educação inclusiva e refletir sobre as Tecnologias Assistivas para o ensino de Geografia. A metodologia tem abordagem qualitativa, método empírico analítico, que possibilita o pesquisador a partir da observação dos fatos estabelecer análises dos dados coletados da realidade. O problema que norteou essa pesquisa foi: O professor de Geografia compreende a orientação da política de inclusão para o uso de estratégias pedagógicas auxiliadas pela tecnologia assistiva que atenda as especificidades dos alunos da educação especial? Pesquisa exploratória que utilizou a observação participativa para registros da realidade. Os resultados do estudo apontam para a importância da utilização da Tecnologia Assistiva em sala de aula, e seu excelente favorecimento no processo da aprendizagem significativa e a importância da formação continuada dos profissionais de Geografia para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais para que de fato seja efetivada a educação inclusiva.

Palavras-Chave: Educação Especial Inclusiva. Tecnologia Assistiva. Cartografia Tátil

ABSTRACT

School inclusion seeks to include all students of kindergarten, elementary school, social and cognitive impairment of various degrees, without distinction, in regular school, aiming to promote meaningful learning for all, also seeking to reduce prejudice and discrimination, stimulating the socialization of people with special educational needs to enjoy both educational and social spaces and environments. However, in a regular school, the inclusion of students with special educational needs is still seen with paradigms coated with inclusion, because, although these educational institutions assume in their discourse and even in the Pedagogical Political Project the curricular flexibility that actually contemplates the inclusion. However, in the classroom routine some teachers still present conservative practices that still disregard curricular flexibility as a necessary alternative in the context of learning. The research entitled "THE GEOGRAPHY TEACHER AND THE CHALLENGE OF INCLUSIVE EDUCATION" sought in its general objective: to analyze the inclusion process and to understand the differences between inclusive and special education and to identify its main characteristics to understand the teaching process. and student learning of inclusive education; proposed in its specific objectives: to describe the difference between special education and inclusive education and to reflect on Assistive Technologies for the teaching of Geography. The methodology has a qualitative approach, an analytical empirical method, which enables the researcher from the observation of the facts to establish analysis of the data collected from reality. The problem that guided this research was: Does the geography teacher understand the orientation of the inclusion policy for the use of pedagogical strategies assisted by assistive technology that meets the specificities of special education students? Exploratory research that used participatory observation for reality records. The results of the study point to the importance of using Assistive Technology in the classroom, and its excellent favoring in the process of meaningful learning and the importance of continuing education of Geography professionals for the care of students with special educational needs so that in fact. inclusive education is implemented.

Keywords: Inclusive Special Education. Assistive Technology Tactile Cartography

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
Capítulo II: Tecnologia Assistiva como recurso didático no processo de aprendizagem.....	17
2.1 Tecnologias Assistivas: necessárias ao contexto educacional	17
2.2 A importância da cartografia tátil para alunos com deficiência visual	18
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

Pensar a inclusão no século XXI no âmbito educacional no Brasil é considerar ainda um grande desafio tanto no processo de implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão quanto ao processo de formação inicial e continuada para a maioria dos professores que vivenciam e ainda vão vivenciar a docência e trabalhar com estratégias pedagógicas que de fato atenda a todos os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais.

Os paradigmas educacionais para a inclusão estão sendo modificados, e cada vez mais elas estão se envolvendo na inclusão, acolhendo cada vez mais alunos com necessidades educacionais especiais, olhando-os como sujeitos de direito, transformando a educação do país, mesmo que aos poucos, parcialmente em uma inclusão que atenda à todos.

As transformações ainda em desenvolvimento realizam um movimento de afastamento do paradigma da segregação e de aproximação ao paradigma da inclusão. A partir desse entendimento, afirma Mantoan (2003, p. 6), “[...] implica em mudança desse atual paradigma educacional para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo”. Dessa forma, a inclusão escolar tem o objetivo de inserir, sem distinção, todas as crianças e adolescentes com comprometimento social e cognitivo de diversos graus, no ensino regular, com o intuito de diminuir o preconceito e a discriminação, estimulando a socialização dos alunos com necessidades educacionais especiais para que convivam harmoniosamente nesse espaço e conseqüentemente em outros espaços sociais.

A escolha do tema surgiu durante o processo da formação inicial e nas diversas idas as escolas para cumprimento de atividades pedagógicas de diversos componentes curriculares observamos que algumas dessas instituições públicas vivenciam a política de inclusão. Esse tema foi determinante para escolha dessa linha de pesquisa. Registramos através da observação participante e na condição de pesquisadora que adentra a esse espaço, não com neutralidade e sim com uma posição política, que ainda precisamos refletir sobre as maneiras de estar no mundo onde o aluno com deficiência não tenha prejuízo do seu direito à “diferença “.

Nesses espaços educacionais há os alunos com necessidades educacionais especiais que ainda estão invisíveis aos professores que ainda não se encontram totalmente completos em sua formação pedagógica para atender essa demanda e muitas vezes ignoram a necessidade de estratégias pedagógicas diferenciadas e especificamente no ensino de Geografia. É necessária uma mudança e está muitas vezes é mal compreendida, como assim afirma Mantoan (2006, p. 23),

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação.

Nesse sentido, há um equívoco de concepção no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Pois, acontece ainda de maneira a integrar essa pessoa ao meio, forçando sua adaptação a esse, e não o contrário do que apregoa o paradigma da inclusão, que é o de adaptar o meio ao aluno com NEE. Dessa forma, não se compreende os limites e as possibilidades inclusivas dos alunos com necessidades educ. Nesse contexto, chamado por Morin (2002) de “Era Planetária”, a sociedade reflete e promove uma profunda revolução conceitual que considera diversidade e a diferença um direito de ser e estar no mundo, um novo conhecimento sobre cultura. A escola é historicamente referida como a instituição social promotora da inclusão e, de fato, o saber nela aprendido foi e continua sendo um fator de inclusão social.

A partir desses desafios traçamos o caminho metodológico para a pesquisa intitulada “O PROFESSOR DE GEOGRAFIA E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA” que consolidou essa monografia como requisito obrigatório de um trabalho de conclusão. “A pesquisa [...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” (LAKATOS, 2003, p.155)

A pesquisa foi desenvolvida por meio do método empírico analítico que possibilita o pesquisador a partir da observação dos fatos estabelecer análises dos dados coletados da realidade. O problema que norteou essa pesquisa foi: O professor

de Geografia compreende a orientação da política de inclusão para o uso de estratégias pedagógicas auxiliadas pela tecnologia assistiva que atenda as especificidades dos alunos da educação especial?

Buscou em seu objetivo geral: analisar o processo de inclusão e entender as diferenças entre a educação inclusiva e a educação especial e identificar as suas principais características para entender o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação inclusiva; proposto em seus objetivos específicos: descrever a diferença entre educação especial e a educação inclusiva e refletir sobre as Tecnologias Assistivas para o ensino de Geografia.

Dessa forma, a pesquisa tem abordagem qualitativa, a qual nos permitiu vivenciar o cotidiano das escolas, a fim de compreender como ocorre o processo de inclusão. Trivínos (1987) afirma que uma pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte de coleta de dados e o pesquisador como instrumento dentre outros, sendo que este está interessado no processo de como ocorrem os fatos e não só nos resultados e o produto. Esses pesquisadores analisam seus dados indutivamente e o significado é a sua preocupação essencial.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a qual se utilizou de materiais já publicados como livros, artigos, entre outros, com o intuito de aprofundamento a política de educação especial na perspectiva da inclusão e também os registros da realidade observada. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183) a pesquisa bibliográfica: “Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, matéria cartográfica, etc.

Na pesquisa documental, foram utilizados documentos legais, a fim de conhecer a Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão e toda legislação que asseguram os direitos de pessoas com NEE, vale ressaltar que essa pesquisa está muito ligada na pesquisa bibliográfica por se tratar de materiais impressos, porém os materiais desta pesquisa não recebem um tratamento analítico, suas fontes estão muito mais dispersas. (GIL, 2002). Mas segundo o mesmo autor “há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados”

A partir destes instrumentos metodológicos, baseando-se nas observações, nos documentos legais da educação inclusiva, nos documentos que servem de base

para a educação, e ainda nos teóricos que estudam sobre a temática da inclusão, como Mantoan (2003), MAZATTA (2003), GALVÃO (2012), Bersch (2013). entre outros, foi possível compreender como o paradigma da inclusão apontam para o uso da Tecnologia Assistiva e especificamente no recorte dessa pesquisa no ensino de Geografia favorece o processo da aprendizagem.

O trabalho também está embasado em documentos legais, como a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394/1996, o Decreto 7.611/2011, a Lei Nº 12.764/2012 e Lei municipal nº 1.495, de 26 de agosto de 2010.

Para análise dos dados coletados a partir das observações, foi escolhida a análise de conteúdo à luz do referencial teórico, o qual visa atender o objetivo da pesquisa qualitativa.

Este trabalho está dividido em dois capítulos, estruturados a partir dos objetivos específicos, os quais expomos:

Capítulo I: “Educação Especial e Educação Inclusiva, qual a diferença? ”. Descreve sobre a abrangência do conceito de Educação Inclusiva que garanta a equiparação de oportunidades de aprendizagem a diversidade de aprendizes, inclusive aos alunos em situação de deficiência, com transtorno e altas habilidades/superdotação.

Capítulo II: “Tecnologia Assistiva como recurso didático no processo de aprendizagem” Reflete sobre as Tecnologias Assistivas como recurso didático que possibilita aprendizagem no ensino de Geografia com aluno com baixa visão.

Tal pesquisa tem grande relevância para o campo educacional, pois trata-se de uma temática, ainda, muito recente e que vem fazendo com que os sistemas sofressem contínuas mudanças na sua forma de educar. E, já que traz questões problematizadoras, que questionam o processo de inclusão entender as diferenças entre a educação inclusiva e a educação especial que tanto necessita de matérias, tecnologia, equipamentos e professores especializados para atender de forma inclusiva esses alunos com necessidades educacionais especiais.

Capítulo I: “Educação Especial e Educação Inclusiva, qual a diferença? ”.

Este capítulo descreve sobre a abrangência do conceito de Educação Inclusiva que garanta a equiparação de oportunidades de aprendizagem a diversidade de aprendizes, inclusive aos alunos com deficiência, com transtorno e altas habilidades/superdotação que são o público alvo da política de educação especial.

1.1. Educação Inclusiva :

Historicamente o conceito de educação inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca (1994). Essa entende e defende a ideia de que alunos com necessidades educacionais especiais sejam incluídas, ou seja, matriculadas em escolas de ensino regular, defendendo o princípio da diversidade, direito de ser “diferente” e conviver no mesmo espaço escolar com os outros ditos “normais”.

Até o início do Século XXI o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de escolas: a escola regular e a escola especial. A escola regular matriculava os alunos “normais” e a escola especial matriculava os alunos “ não normais”. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, e a partir da política de educação especial implementa através de decretos o uso de recursos pedagógicos adequados, formação continuada e oferece as salas de recursos multifuncional aos alunos com NEE.

A partir desse entendimento o paradigma da inclusão vai se consolidando e desconsiderando a segregação, não mais se admite os alunos serem separados em classes especiais.

A Educação Inclusiva defende que todos os alunos com e sem deficiência, terem a oportunidade de conviver e aprender juntos. Seu objetivo é eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem e participação de todos os alunos no processo educativo, promovendo a diversidade e buscando uma mudança de paradigma educacional.

Essa inclusão do ponto de vista pedagógico favorece o desenvolvimento educacional de todos os alunos a partir da interação vivenciada no cotidiano da escola regular. No entanto, registramos que ainda há uma imensa dificuldade por parte das

escolas em conseguirem integrar os alunos com NEE devido os professores ainda não se sentirem totalmente qualificados.

Essa realidade que considera a inclusão é uma inovação que aponta segundo Mantoan (2006) para um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Para que de fato haja uma inclusão, a escola regular precisa oferecer currículos flexibilizados que garantam aprendizagem a todos os alunos, especificamente aos que possuem NEE. Nas práticas pedagógicas usar as tecnologias assistivas que facilitam o processo educacional, também garantir a formação continuada aos professores para o domínio das estratégias pedagógicas adequadas para todos os alunos.

Mantoan (2006) ressalta que a educação inclusiva implica mudanças de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com NEE e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenha sucesso no processo educacional.

A inclusão é uma inovação, que objetiva melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula (MANTOAN, 2006). Educação Inclusiva supõe a disposição da escola de atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns. Por isso, a inclusão pressupõe uma escola que se ajuste a todas as crianças, em vez de esperar que uma determinada criança com deficiências se ajuste a escola como afirma Sasaki (1998).

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (p. 8).

A perspectiva inclusiva respeita as diferentes formas dos alunos de construir suas aprendizagens é como disse Mantoam (2003) educar para a inclusão consiste em rever paradigmas e quebrar preconceitos, por tanto, há uma necessidade urgente mudança no modelo educacional. Urge questionar currículos que imprimam

mudanças nos projetos pedagógicos das escolas regulares que não atendam todos os alunos, como assegurar o direito dos alunos com NEE e educa-los em um mesmo contexto escolar. Com essa premissa, as diferenças não são vistas como problemas, mas como direito de ser “diferente”, diversidade.

A Educação Inclusiva e Especial está fundamentada em documentos internacionais e em diversas legislações brasileiras que norteiam sobremaneira os aspectos pedagógicos envolvidos neste contexto educacional os alunos com deficiências, transtornos e altas habilidades/superdotação. Por atender esses alunos é que entra o conceito de educação especial, que, como o seu nome indica, apresenta características diferenciadas (isto é, especiais).

Educação Inclusiva pavimenta o caminho que abriga a diversidade na perspectiva de construção de escolas que pedagogicamente atenda todas às necessidades de todos os alunos, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula.

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não a esconder. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos. (MENDES, 2012).

1.2 Educação Especial

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos, instituída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 no Capítulo V da Educação Especial. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos com NEE sejam matriculados na escola regular de ensino. Ela favorece a diversidade por considera que os alunos com NEE estão tendo oportunidades de aprendizagem a partir de suas competências, capacidades e potencialidades, como afirma Carvalho (2005)

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (p.25).

Também o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2010), que implementa a organização do sistema educacional brasileira, dentre suas várias metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação Especial como *modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização* (da Educação Infantil ao ensino superior); *realiza o atendimento educacional especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização* nas turmas comuns do ensino regular.

Todos esses avanços são resultados de lutas dos movimentos sociais pelo direito e dignidade do ser humano. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, organizada pela organização das Nações Unidas (ONU) foi um desses marco referencial para os direitos e a dignidade do ser humano. Esse documento foi fortalecido pela Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990, documento elaborado durante a conferência na cidade de Jomtien, na Tailândia. Este documento foi elaborado com o intuito de fortalecer políticas de educação que garantam dignidade à todos com ou sem deficiência, como assim apregoa a Declaração de Salamanca (1994)

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. O princípio que orienta esta estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos de desfavorecidos ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. (UNESCO, 1994 p.03).

O Brasil enquanto país signatário incorpora em sua Constituição Federal de 1988, essa orientação, no seu Art. 205, que diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.60).

A partir desse imperativo surge Política de Educação Especial (1994) revestida de integração que garante acesso ao ensino regular:

Em 1994 é publicada a política nacional de educação especial orientando o processo de integração instrucional que condicionada ao acesso às classes comuns de ensino regular aqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum no mesmo ritmo que os alunos ditos normais. (BRASIL, 2010, p.12).

O paradigma da integração é desconsiderado pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9394/96), que preconiza em seu artigo 59 o paradigma da inclusão:

Os sistemas de ensino devem assegurar os alunos currículo métodos recursos e organização específicos para atender as necessidades assegurar a terminalidade específicos àqueles que não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e assegurar a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão de programa escolar. (BRASIL, 2010, p.12).

No paradigma da integração, os estudantes com deficiência eram integrados a escola. Eles frequentavam os mesmos espaços que as outras crianças ditas “normais”. Não havia nenhuma flexibilização curricular que propiciasse prática pedagógicas específicas favorecendo seu desenvolvimento cognitivo e social, considerando que através da socialização, eles passariam pelo processo de aceitação pelos demais estudantes e também haveria o reconhecimento de suas condições para aprendizagem. Nessa perspectiva os estudantes com necessidades educacionais especiais teriam que se integrar não só ao contexto da escola, bem como de toda sociedade. Eles teriam que se adaptar ao currículo e não o currículo a eles.

Segundo Mantoan (2003) “O objetivo da integração é inserir o aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. ”

No entanto, a atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão foi pensada para retirar as crianças com necessidades educacionais especiais da exclusão e segregação a que eram submetidas no passado:

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino. BRASIL (2008)

Essa política para ser colocada em ação, há necessidade de uma atitude positiva e disponibilidade do professor para que ele possa ter estratégias pedagógicas inclusivas. A sala de aula afirma ou nega o sucesso ou a eficácia da inclusão escolar, mas isso não quer dizer que a responsabilidade seja só do professor. A Declaração de Salamanca orienta que haja uma rede de apoio para viabilizar o processo inclusivo:

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (Declaração de Salamanca, 1994).

Essa rede de apoio é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996 que em seu V Capítulo, preconiza:

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Na perspectiva da Educação inclusiva, os apoios centrais reúnem os serviços da Educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). São esses os novos recursos que precisam ser incorporados à escola. O aluno tem direito de frequentar o AEE no período oposto às aulas. O sistema público tem organizado salas

multifuncionais ou salas de apoio, na própria escola ou em instituições conveniadas, com o objetivo de oferecer recursos de acessibilidade e estratégias para eliminar as barreiras, favorecendo a plena participação social e o desenvolvimento da aprendizagem.

Art. 1º. Para a implementação do Decreto no 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos; Art. 2º. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; Parágrafo Único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na Educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CNB/CNE, 2009).

Esse Decreto foi Revogado pelo Decreto n. 7.611/11. Em seu artigo 1º, parágrafo 1º considera o atendimento educacional especializado como sendo o “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Explicita também que: “As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.” Em seu Art. 3º assegura que o Ministério da Educação prestaria serviços de apoio técnico e financeiro para os alunos com NEE, ofertando, assim, a sala de recursos multifuncionais, a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado, além da formação de gestores, educadores e demais profissionais de educação inclusiva.

A resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, ainda reforça que o atendimento especial é assegurado a esse aluno de acordo com suas diferenças e peculiaridades. Este atendimento tem como objetivo dar suporte ao aluno com necessidades educacionais especiais, trabalhando a partir das suas reais necessidades e especificidades e fazendo com que este tenha acesso ao currículo da sala comum.

A educação, a inclusão requer impreterivelmente o uso de recursos da Tecnologia Assistiva, como ferramenta pedagógica, aparato que possibilita o desenvolvimento da aprendizagem (GALVÃO FILHO, 2009). Nas práticas pedagógicas usar as tecnologias assistivas facilitam o processo educacional em todos os componentes curriculares da educação básica inclusive o de Geografia.

Capítulo II: Tecnologia Assistiva como recurso didático no processo de aprendizagem

Este capítulo reflete sobre as Tecnologias Assistivas para o ensino de Geografia, especificamente a utilização da cartografia tátil. Considerando que esse recurso didático empodera o aluno na aquisição dos conhecimentos do currículo.

2.1 Tecnologias Assistivas: necessárias ao contexto educacional

A inclusão entende que a escola é um espaço para todos , e seu imperativo é criar possibilidades que facilitem aprendizagem dos alunos com NEE. Dentre as inúmeras formas de viabilizar essas possibilidades as tecnologias assistivas estão sendo consideradas um novo paradigma tecnológico que promove uma melhor aprendizagem.

Tecnologia assistiva é um conjunto de métodos, recursos e serviços que criam possibilidades de independência e a melhoria de vida as pessoas com deficiência física e ou cognitiva. O Congresso Nacional através da lei nº 10.098, de 9 de dezembro de 2000, considerou que seria fundamental a garantia de condições justas a todos as pessoas com deficiência, o que foi regularizado pelo Decreto nº 5.295, de 2 de dezembro de 2004.

DECRETO Nº 5.295 de 2 de dezembro de 2004: Regulamenta a lei 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Criando com isso um comitê de ajudas técnicas, com o intuito de propor a criação de políticas públicas. O comitê de ajudas técnicas- CAT da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008 legislou e resolveram usar o termo Tecnologia Assistiva no Brasil (TA).

Tecnologia Assistivas é uma área do conhecimento de características interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologia , estratégias ,práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionando a atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacitados ou

mobilidade reduzidas, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL- SDHPR comitê de ajudas técnicas- ATA VII)

Essas tecnologias difundidas pelo mundo globalizado alcançou a sociedade em todas as áreas da existência humana, inclusive a educacional. No contexto educacional, as práticas educativas com o uso da TA contribuíram na construção de aulas com grande aproveitamento para a aprendizagem significativa garantindo oportunidade educacional para todos, especialmente os alunos com NEE e também nas aulas de Geografia.

A escola inclusiva deve incorporar essas transformações informacionais tornando às aulas inclusivas para atender as demandas da diversidade existentes neste contexto. Isso demanda também o processo de formação continuada dos professores para o uso dessas TA. Em geral, as tecnologias assistivas contam com uma infinidade de recursos e serviços que visam melhorar a capacidade funcional das pessoas com deficiência, estes, podem variar dos objetos mais simples, como a modificação de um lápis, aos mais complexos sistemas computadorizados, como os softwares sintetizadores de voz, tradutores de texto, entre outros.

O Comitê de Ajudas Técnicas (1998) considera tecnologia assistiva recursos, brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, equipamentos elétricos e protéticos de comunicação alternativa e escuta assistida, auxílios visuais ou itens confeccionados manualmente ou industrialmente que visem proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, escola, amigos, enfim, no meio social.

2.2 A importância da cartografia tátil para alunos com deficiência visual

Essas TA permeiam todas as áreas educativas e, não seria diferente com a área geográfica, sendo uma área de extrema importância para que os alunos entendam dos espaços, a mesma, deve utilizar variadas linguagens para explicar o espaço geográfico. Assim, se apropriando das linguagens cartográfica e tecnológica,

a Geografia, pode contribuir para leitura dos espaços, facilitando a mobilidade das pessoas com alguma NEE no seu cotidiano escolar e social.

No ensino de Geografia da educação básica há necessidade de se trabalhar as representações gráficas (ilustrações, diagramas, mapas, cartas e esquemas) como confirma Ribeiro (2012, P. 96) ressaltando a importância da ciência geográfica na compreensão dos espaços geográficos:

A educação geográfica compreende a aquisição de uma linguagem própria da Geografia que transcende o conteúdo. É o saber geográfico, competências, que possibilitam aos sujeitos compreender, analisar, interpretar, descrever, representar o espaço, orientar-se e localizar-se nele. É uma interlocução de saberes que extrapola a sala de aula e passa a fazer parte do seu cotidiano.

Para que os alunos com deficiência visual (cegueira ou baixa visão), assim como outras necessidades educativas possam se apropriar desses conhecimentos precisam que haja dessas TA: mapas táteis, cartografia tátil e outros. Através deles, podem compreender e se locomover com maior facilidade no espaço geográfico em que estão inseridos ou entender o espaço global através do uso de outro sentido do corpo, o tato. Ou ainda, com recursos sofisticados, como computadores em braille, ampliadores de texto, equipamentos periféricos, mouses modificados, teclados ampliados com aumento das letras, ampliadas 4x mais do que o tamanho normal ou letras pintadas em baixo relevo para facilitar o uso do tato, entre muitos outros recursos e equipamentos.

A cartografia tátil consiste na adaptação de mapas convencionais, com a utilização de contorno em alto relevo, mudança de cores por texturas e conversão de legendas, escalas e orientação geográfica para o braille, pode ser construído de forma artesanal ou digital. Na formação continuada alguns professores são capacitados para trabalhar com essas TA e atendem na sala de recurso multifuncional (SEM). Losh (2008, P. 35) define a cartografia tátil:

É um ramo específico da Cartografia, que se ocupa da confecção de mapas e outros produtos cartográficos que possam ser lidos por pessoas cegas ou com baixa visão. Os mapas e gráficos táteis tanto podem funcionar como recursos educativos, quanto como facilitadores de mobilidade em edifícios públicos de grande circulação [...]. Desta forma, os produtos da cartografia tátil podem ser enquadrados como recursos da tecnologia assistiva por auxiliarem a promover a independência de mobilidade e ampliar a capacidade intelectual de pessoas cegas ou com baixa visão.

A cartografia tátil objetiva a facilitação dos conteúdos da Geografia e da orientação e mobilidade desses alunos nos seus espaços da escola e de suas outras vivências construindo mapa cognitivo dos espaços. Quando os professores se apropriarem do uso da Cartografia Tátil as de Geografia podem contribuir formar conceitos, entender informações geográficas percebidas pelo tato. O processo de aprendizagem de alunos cego ou com baixa visão são diferentes dos de alunos vidente, visto que, estes se apropriam dos conhecimentos através dos sentidos remanescentes, dessa forma, os professores necessitam usar estratégias pedagógicas diferenciadas, ou seja, fazerem uso dessas TA para atender e incluir esses alunos garantindo-lhes autonomia no decorrer de seu desempenho educacional, considerando também que alcançarão melhorias na sua mobilidade. Ribeiro (2012) afirma ser a visão um importante canal para a aquisição do conhecimento espacial, mas, ressalta que a falta desse sentido, a cegueira ou a baixa visão não significa impedimento para a percepção e conhecimento do espaço geográfico e o acesso a linguagem cartográfica por esses alunos muito contribui para a ressignificação desse conhecimento. No entanto, diante dessa extrema importância das TA para atender não só no ensino da Geografia aos alunos cegos e ou com baixa visão, ainda há ausência destes materiais na maioria das escolas e como consequência a maioria desses alunos ficam prejudicados em seu aprendizado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como prática em construção, está em fase de implementação. Ainda são muitos os desafios a serem enfrentados, no entanto, afirmamos com essa pesquisa intitulada “O Professor de Geografia e o desafio da Educação Inclusiva” em seu objetivo de analisar esse processo de entendimento sobre Educação Especial na perspectiva Inclusiva vimos que há compreensão dos professores de Geografia de apropriar-se dos recursos da TA , especificamente a Cartografia Tátil serem fundamentais para aprendizagem do conteúdo, bem como a sua ressignificação possibilitando melhoria na qualidade de vida nos aspectos da mobilidade social.

O uso de estratégias pedagógicas diferenciadas segundo preconiza a educação especial na perspectiva da Inclusão favorece significativamente o processo de aprendizagem dos alunos cego e ou com baixa visão que necessitam do atendimento educacional especializado.

Há avanços pontuais na área da Cartografia Tátil, mesmo que ainda há muitos entraves na utilização dessa TA por parte dos professores de Geografia que ainda necessitam da intensificação por partes das secretarias de educação maiores investimentos na formação continuada. Essa formação precisa ser ofertada tanto ao professor que atende na sala regular quanto para o professor que atende os alunos com NEE na SRM.

Educar para diversidade/diferença continua sendo tema relevante para educadores, tanto na formação inicial quanto na formação continuada e os debates desse processo de implementação dessa política aponta sempre para mudanças no cenário educacional e também aponta para a necessidade de aquisição das TA pois elas melhoram a qualidade da educação para os alunos com NEE.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva: garantido o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 12 de novembro 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto 7.611 de 17 de Novembro de 2001**. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

_____. **O Acesso de Alunos com Deficiência às escolas e classes comuns da Rede Regular**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (org.) Ministério Público Federal: 2. ed. Brasília: Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Portaria nº 948. – Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos/ Conferência de Jomtien – Tailândia, 1990**.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**/Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**/ Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de Setembro de 2001**.

_____. **Saberes e Práticas da Inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. [2. ed.]/ Coordenação Geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CORREIA, Luiz de Miranda. **O sistema Educativo Português e as Necessidades Educativas Especiais: ou quando Inclusão quer dizer Exclusão**. In: _____. Educação Especial e Inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo. Portugal: Porto, 2003. 57

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CORRÊA, M. A. M. **Educação especial**. v.1, 5ª reimp. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico**. Explicitação das Normas da ABNT. 17. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013.

GALVÃO FILHO, Teófilo. **Favorecendo Práticas Pedagógicas Inclusivas por meio da Tecnologia Assistiva**. In: NUNES, L.R.O.P; PELOSI, M.B; WALTER, C.C.F (orgs.). **Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa**. Marília: ABPEE, p. 71-82, 2011.

GALVÃO FILHO, Teófilo; MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Tecnologia Assistiva e Sala de Recursos: análise crítica de um modelo**. In: _____(orgs.). **O Professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares**. – Salvador – EDUFBA, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**./ Antônio Carlos Gil. – 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORT, Ana Paula Fischer. **Educação Especial e Inclusão Escolar**/ Ana Paula Fischer Hort [e] Ivan Carlos Hort. Centro Universitário Leonardo da Vinci. – Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2009.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mario Lúcio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LOCH, Ruth E. N. **Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais**. Portal da Cartografia. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 35 - 58 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografiatile>> Acesso em: 20/11/2019.

MANAUS. Diário Oficial de do Município de Manaus. Conselho Municipal de Educação. **Resolução N. 011/CME/2016**. Ano XVII, Edição 3929. Manaus: DOM, 13 de julho de 2016.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005

MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. São Paulo: Moderna, 2010.

_____. **Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas**. In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis / RJ: Vozes, 2008, v. 1, p. 29-41.

_____. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha**. Educação (PUC/RS), Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.

_____. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003, 64p.

MENDES, Enicéia, Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: v. 11, n. 33, p. 387-405, set/dez. 2006.

MINAYO, M. C. de S. [et al.]. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a Inclusão Escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**/ Márcia Denise Pletsch. – Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010. TRIVIÑOS, N. S. A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas S. A., 2009.

SASSAKI, Romeo. Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Acessibilidade para a inclusão na escola: Princípios e práticas**. In: *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 44, p. 79-98, jan./jun. 2011.

RIBEIRO; GALVÃO FILHO. **Tecnologia Assistiva: Contribuições para a inclusão educacional de alunos com deficiência**. Revista Stientibus, nº 45, p.27-42, jul/dez. 2011